



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO REDONDO

Estado do Rio Grande do Sul

Fone: (53) 3224-0120 Fax: (53) 3224-0031

Avenida dos Pinhais, 53 – CEP 96150-000

CNPJ 91558650/0001-02

www.pmmorroredondo.rs.gov.br

OF. Nº. 208/2024/GAB

Morro Redondo, 22 de agosto 2024.

Encaminhamos a Assessoria Jurídica à solicitação de inexigibilidade de processo licitatório, para contratação de um serviço de publicidade para divulgação de concorrência eletrônica.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Rui Valdir Otto Brizolara

Prefeito Municipal

Exm^a. Sr^a.

Graciela Bertoldi Funari

Assessora Jurídica



PARECER

Acerca do OF. 208/2024-GAB e dos documentos que acompanham, o qual solicita inexigibilidade de licitação para contratação da Editora Jornalística Jarros, a fim de publicar em jornal de grande circulação no Estado, na edição do dia 23/08/2024, aviso de concorrência eletrônica, conforme ETP e TR, tem-se o seguinte:

Fundamentação legal para contratação: a NLLC, lei nº 14.133/2021, prevê em seu art. 74 que é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

O art. 72, da NLLC indica os elementos que deverão instruir os processos de contratação tanto por inexigibilidade quanto por dispensa de licitação.

Os documentos descritos nos incisos de I a VIII, do art. 72, objetivam verificar e certificar o preenchimento dos requisitos para que a contratação direta seja por inexigibilidade ou por dispensa, e selecionar a proposta que melhor atende ao interesse público, garantindo assim o planejamento e a economia da contratação e, por consequência, assegurando a transparência e o melhor uso dos recursos públicos.

Desde que atendidos os requisitos autorizadores da inexigibilidade de licitação pela fundamentação acima citada, opina-se pela contratação pretendida, uma vez que, o parecer jurídico, inciso III, do art. 72, tem por finalidade verificar a legalidade da contratação conforme processo autuado, numerado e protocolado.

Morro Redondo, 22 de agosto de 2024.


Graciela F. Bertoldi de Souza, assessora Jurídica